

Envelhecimento e os sistemas de saúde

LEANDRO FRAGA

Professor da Fundação Instituto de Administração da USP

Entender o sistema de saúde de um país é entender sua população. Dificilmente um governo consegue atingir grau de excelência e garantir acesso e qualidade no atendimento sem, antes, conhecer bem a estrutura populacional e as mudanças pelas quais ela passou e vem passando. Uma pesquisa que realizamos na Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), intitulada Saúde no Brasil e na América Latina, apontou de forma bastante clara as alterações no perfil da população brasileira, acenando para uma prevalência da população idosa até o ano de 2050.

Aparentemente, isso pode dizer pouca coisa, já que países europeus passaram por essas transformações e os idosos já são maioria. Mas, na prática, principalmente no que diz respeito ao sistema de saúde, tudo muda. Quando existem mais idosos, mais casos de doenças crônicas — como câncer, artrite reumatóide e osteoporose — são diagnosticados; as projeções dizem que a incidência desses problemas poderá chegar a 50% em algumas faixas etárias.

Esse cenário irá requerer o tratamento dessas doenças crônicas que, em geral, são exigidos por longos períodos de tempo — já que a população passou felizmente a viver mais —, o que, consequentemente, demandará mais planejamento e também orçamento público mais robusto — em especial porque várias delas podem ser prevenidas ou diagnosticadas precocemente, permitindo resultado muito mais eficaz no tratamento. Portanto, é mais sensato cuidar dos pacientes nas fases preliminares das manifestações desses males do que tratá-los apenas quando os pacientes necessitam de cuidados mais críticos — sem falar em qualidade de vida ou longevidade.

Da mesma forma, esse planejamento permite que se adote abordagens modernas de tratamento, frequentemente geradoras de maior bem-estar para os pacientes, bem como de benefícios diretos e indiretos para o sistema de saúde. Esse mesmo estudo mostrou que, para melhorar o atendimento das demandas atuais e se aproximar de alguns países latino-americanos no quesito investimento em saúde, o Brasil teria que dobrar o que investe atualmente. Isso porque, diante de um comparativo sobre investimento x carga tributária, verificou-se que o percentual dos impostos arrecadados destinados ao setor no Brasil é de 8,7%, enquanto a Argentina destina 16,5% e o México 24,2%. Como mudar isso? Alguns projetos apresentados sugerem suplementação do orçamento de saúde através de mecanismos como a criação de nova contribuição (ressuscitando a CPME, como a maioria prefere dizer). Outra proposta foi a da Emenda Constitucional 29, que prevê fixar em 10% da arrecadação de todos os impostos o valor destinado à saúde.

É importante frisar, no entanto, que apenas aumentar o orçamento do setor não resolverá os problemas. Os desafios, no que tange às boas práticas de administração das verbas disponíveis, precisam ser vencidos e sobram indícios de que podemos avançar muito na eliminação de desperdícios e usos menos adequados das dotações públicas. Cifras maiores precisam vir acompanhadas de planejamento e de decisões baseadas em análises mediante métodos reconhecidos e propostos por uma disciplina que pode ser considerada recente no Brasil, conhecida como ATS (Avaliação de Tecnologia em Saúde). Esses métodos são uma maneira de propor a otimização

dos gastos com saúde e aproveitar os recursos da melhor forma possível, aumentando o acesso às novas alternativas terapêuticas e de diagnóstico que podem ser mais efetivas.

As avaliações de tecnologia em saúde podem, por exemplo, apontar o direcionamento das verbas para ações com maior retorno para o sistema de saúde em termos de benefício (maior efetividade no tratamento) ou ganho em saúde (acesso maior) para a população. Essas análises são fundamentais para apoiar a tomada de decisões. É bom lembrar, porém, que o Brasil tem dois desafios: lidar com o envelhecimento da população, característica que normalmente remete aos países mais ricos, e solucionar problemas como saneamento básico, programas preventivos, mortalidade infantil, entre outros, relacionados à realidade das nações mais pobres. Em ambos os casos, o planejamento de longo prazo é fundamental.

Governos ou empresas podem fazer uso desses estudos para decidir, ou não, pela adoção de um equipamento novo para diagnóstico ou ainda por reembolsar ou cobrir tratamentos com medicamentos inovadores. Toda essa discussão serve para mostrar o quanto faz falta um cronograma rigoroso, bem como o melhor e mais cuidadoso acompanhamento das transformações de uma sociedade. Decidir embasado em dados, como os que foram reunidos na nossa pesquisa na FIA, pode tornar o dia a dia mais fácil. Assim, as demandas sociais podem ser atendidas de maneira mais justa, com maior eficiência, garantindo à população uma expectativa de vida mais longa, saudável e plena.

